

ASOCIACION DE ARCHIVEROS

DE LA IGLESIA EN ESPAÑA

---

# MEMORIA ECCLESIAE XVI

---

ARTE Y ARCHIVOS DE LA IGLESIA

---

SANTORAL HISPANO-MOZARABE EN LAS DIOCESIS DE ESPAÑA

---

---

Actas del XIV Congreso de la Asociación  
celebrado en Barcelona  
(Primera parte)  
(13 al 17 de septiembre de 1998).

Edición dirigida y preparada por  
Agustín Hevia Ballina  
Director del Archivo Histórico Diocesano de Oviedo

Oviedo, 2000

# OS ARQUIVOS ECLESIASTICOS EM PORTUGAL: PONTO DA SITUAÇÃO

María de Lurdes Rosa e Pedro Penteado<sup>1</sup>  
Universidade Católica Portuguesa

## 1. Apresentação do problema

A comunicação apresentada ao *XIV Congreso da Asociacion de Archiveros de la Iglesia en España* partiu do traçado de uma tipologia de arquivos da Igreja Católica em Portugal (arquivos diocesanos, paroquiais, de ordens religiosas e congregações, e de associações de fiéis) para apresentar o estado actual dos conhecimentos sobre estes<sup>2</sup>. Para compreender a situação em referência, é necessário ter em conta a inexistência de um guia geral dos arquivos eclesiásticos portugueses, situação que é tanto mais grave quanto existe em Portugal uma dispersão assinalável de fundos provenientes de instituições ligadas à Igreja Católica. Esta dispersão deve-se, principalmente, ao facto do Estado se ter apropriado de uma parte destes, em diferentes momentos. Com efeito:

a) em 1834, através do decreto de 30 de Maio, com a extinção de todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e outras casas pertencentes a casas de religiosos das Ordens regulares, o governo liberal tornou obrigatória a incorporação dos seus bens na Fazenda Nacional, incluindo os documentos dos seus cartórios;

b) em 1911, após a implantação da República, foi publicado o diploma legal que obrigou a passagem dos livros de “registo paroquial” para as conservatórias do registo civil e;

c) em 1915, outro diploma impunha a obrigação das paróquias e câmaras

<sup>1</sup> Membros do Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) da Universidade Católica Portuguesa. Pedro Penteado é técnico superior de arquivo de 1.ª classe do Instituto dos Arquivos Nacionais /Torre do Tombo, em Lisboa, e Maria de Lurdes Rosa é docente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

<sup>2</sup> Para esta comunicação, os autores serviram-se dos resultados que apresentaram no artigo “Arquivos eclesiásticos”, elaborado para o *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, no prelo.

eclesiásticas passarem os “registos paroquiais” com mais de cem anos para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo ou para os arquivos distritais existentes.

Tendo presentes estes factores, iniciamos a apresentação desta breve panorâmica sobre a situação dos arquivos eclesiásticos portugueses com os dados disponíveis sobre os arquivos diocesanos.

## 2. Os arquivos diocesanos

Em 1980, Avelino Jesus da Costa compilou informações sobre o paradeiro dos arquivos históricos da arquidiocese de Braga, do Patriarcado de Lisboa, e das dioceses de Angra, Bragança-Miranda, Coimbra, Elvas, Évora, Faro, Funchal, Lamego, Porto, Viana do Castelo e Viseu. Quase todos eles se encontram dispersos por vários locais, seja o próprio arquivo diocesano, seja um ou mais arquivos civis. Mesmo o de Elvas, que se pensava estar totalmente depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, tinha uma parte do seu acervo no arquivo da Câmara Municipal.

Quase vinte anos depois deste ponto da situação, tem-se avançado devargar no sentido quer de um melhor conhecimento dos fundos depositados nos arquivos civis<sup>3</sup>, quer nos que permanecem nas dioceses. Por outro lado, é também escasso e disperso o trabalho feito sobre a documentação que continuou a ser produzida, ou sobre a constituição de arquivos históricos diocesanos que poderiam eventualmente reunir fundos das diversas instituições eclesiásticas existentes dentro das dioceses (como sejam, sobretudo, as paróquias, as confrarias e outras associações de fiéis). Algumas dioceses avançam no sentido de programas concretos de inventariação, apoiados por normativas episcopais: é o caso de Beja, que além disso tenciona investir na formação de um arquivista diocesano especializado. Noutras, como Leiria-Fátima, prepara-se a formação de comissões preparatórias do arquivo, mas a generalizada falta de meios humanos especializados não permite avançar muito. A diocese de Aveiro tem o arquivo organizado por obra do seu vigário-geral, Monsenhor João Gaspar, mas comunga da necessidade de uma maior orientação em termos arquivísticos; a diocese de Portalegre-Castelo Branco tem visto alguns dos seus fundos inventariados por Mons. Geraudes Freire. Devem-se à Arquidiocese de Braga e ao Patriarcado de Lisboa dois passos de grande importância. A primeira criou em 1989 o Instituto de História e Arte Cristãs, no qual se engloba o Arquivo arquidiocesano, para o qual definem então competências e objectivos. Quanto à segunda, em 1993, o Cardeal Patriarca publicou o decreto de criação do Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, a teor

do cânone 491 §2, do CIC, que recomenda ao Bispo a existência na diocese de um arquivo histórico.

Apesar destas fundamentais iniciativas, faltam dados globais, e urge começar por um levantamento rigoroso da situação. Seria necessário iniciar um trabalho de base como o realizado em França, Espanha, Itália e vários outros países, conducente à elaboração de um guia de arquivos diocesanos, contendo os fundos disponíveis, as normas de acesso e os serviços prestados. A um nível mais vasto, há todo um trabalho a fazer em termos de definição de normas internas para a, salvaguarda, inventariação, comunicação e eliminação dos documentos, que só as próprias dioceses podem fazer. Os acervos depositados em arquivos civis teriam também de ser tratados segundo os princípios da moderna arquivística, e com a ajuda dos conhecimentos técnicos provenientes da arquivística eclesiástica. Neste sentido, deverá também partir do interior da Igreja um investimento no sector, dado que é uma área de ensino quase ausente dos actuais cursos de arquivistas, que exige além do mais conhecimentos mais facilmente mobilizáveis no seio da instituição eclesiástica. São indispensáveis, no momento, dois grandes contributos: o da investigação em história religiosa institucional e a informática, uma vez que muito se ganharia com a elaboração de uma programa de informatização comum dos arquivos diocesanos e outros eclesiásticos (que países como a Espanha e Itália levam a cabo desde os anos 70 e 80). A utilização das redes informáticas definidas pelos órgãos coordenadores dos arquivos civis, bem como das normas de descrição adoptadas pelos mesmos, e, finalmente, dos suportes multimédia, constituiriam avanços possíveis e fundamentais para a imprescindível recuperação do atraso.

## 3. Os arquivos paroquiais

No Arquivo Distrital de Braga, de acordo com o recenseamento levado a efeito pelo Estado depois de 1990, mais de 50% dos fundos paroquiais conservam apenas livros cujos registos foram iniciados depois da centúria de quinhentos. Com efeito, a maior parte dos documentos destes núcleos que chegaram até aos nossos dias são do século XVI em diante. Do período anterior, foi conservado apenas o essencial para a vida das administrações paroquiais, sobretudo pergaminhos, nem sempre legíveis para os homens dessas épocas, que não raramente os aproveitaram para encapar novos livros.

Como é sabido, a maior preocupação da Igreja Católica, centrou-se sobre os livros de registo de sacramentos, que além de permitirem conhecer a prática religiosa das populações, tinham ainda uma importante função ao nível do controle social e demográfico. Para evitar o extravio deste tipo de documentação, em Braga, em 1713, o arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles tomava

<sup>3</sup> O Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo prepara actualmente o volume do seu guia de fundos relativo a instituições religiosas.

uma medida exemplar: mandava aos párocos que a enviassem para o escrivão do cartório dos “*livros findos das igrejas dos baptizados, cazados e defuntos das igrejas de todo o Arcebispado*”, sediado na cidade.

O século XIX começou de uma forma desastrosa para muitos dos arquivos guardados nas igrejas paroquiais do país, pois as invasões francesas contribuíram para a sua destruição ou empobrecimento. Até 1859, os princípios organizativos dos arquivos paroquiais continuaram a ser estabelecidos pelas diversas autoridades diocesanas, nomeadamente através das Constituições Sinodais. Nesse ano, o governo, por decreto de 19 de Agosto, procurou interferir no processamento do chamado “registo paroquial” (sobretudo baptismos, matrimónios e óbitos) de forma a uniformizá-lo em termos nacionais e a possuir meios de controle mais rigorosos sobre os movimentos demográficos do país. A legislação liberal que se seguiu, a exemplo do decreto de 2 de Abril de 1862, manteve nas mãos dos párocos este registo, além do reconhecimento e legitimação de filhos, tornando-os colaboradores das tarefas administrativas estatais. Neste período, surgiram várias portarias, manuais e regulamentos que forneceram os modelos a preencher pelo clero local nas actividades de registo civil da população católica.

Durante a I República, o decreto 1630 de 18 de Fevereiro de 1911 transferiu as funções de assentamento que estavam confiadas aos párocos para as conservatórias do registo civil. Ao mesmo tempo, o diploma ordenava a passagem dos livros de “registo paroquial” para as conservatórias do registo civil, que se deveriam servir destes documentos para executarem o assento do estado civil dos cidadãos. Atendendo à necessidade de desimpedir os referidos serviços públicos dos manuscritos que não possuíam interesse directo para o exercício desta actividade, pelo decreto 22018 de 9 de Junho de 1915, o Estado mandava que fossem transferidos para o Arquivo Nacional e arquivos dependentes da Inspeção das Bibliotecas Eruditas e Arquivos, todos os documentos com mais de cem anos. O mesmo deveria ser feito com os livros que ainda se encontravam na posse das câmaras eclesiásticas diocesanas. As incorporações nos arquivos históricos públicos deveriam ser feitas de forma regular, de cinco em cinco anos. A perda das importantes funções que as paróquias possuíam no início do século, bem como a saída dos documentos mais antigos, acabaram por contribuir, ao longo dos anos, para o esquecimento ou a secundarização dos seus arquivos. Apesar do Código de Direito Canónico de 1917 definir quais os livros a guardar e mandar observar um conjunto de princípios para a sua conservação, os responsáveis da Igreja, em diferentes níveis hierárquicos, mantiveram um grau variável de interesse pela gestão destes arquivos. Em Braga, por exemplo, um regulamento de 1916 e as Constituições Sinodais de 1918 constituíam o reconhecimento da importância da documentação das paróquias. No Patriarcado de Lisboa, em 1932, era publicado o

“Regulamento do registo paroquial”, que indicava quais os procedimentos a ter com este, de acordo com o Código. Na diocese de Lamego, um regulamento idêntico, mais completo, publicado em 1954, alargava o número de séries que tradicionalmente eram especificadas, ao mesmo tempo que fornecia indicações sobre a feitura e a organização de documentos. A mesma diocese contava já com um “Regulamento do processo matrimonial”, ao abrigo das disposições do Código Pio-Beneditino e da Concordata de 1940 entre o Estado e a Igreja, em Portugal.

Após 1960, o crescente interesse dos genealogistas e dos investigadores de Demografia Histórica, História Social, História Eclesiástica/Religiosa e História Local pelas fontes existentes nos arquivos paroquiais, permitiu conhecer melhor a situação em que estes se encontravam. À medida que a própria Igreja ganhava maior consciência do valor do seu património arquivístico, em Portugal, nos anos 70 e 80, vários autores alertaram para o problema da dispersão dos fundos paroquiais (na sequência da falta de cumprimento integral da legislação republicana), para a ausência de tratamento e de instrumentos de descrição documental, para o mau estado de conservação de muitas das espécies e para a sua apropriação por particulares. Na diocese de Aveiro, um inquérito de 1993, levado a efeito pelo CEHR, não apresentava indicadores de mudança significativa deste quadro. Muitos dos arquivos, de pequena dimensão, encontravam-se espalhados por vários sítios, incluindo a residência do pároco. A documentação tratada, na melhor das hipóteses, resumia-se aos tradicionais “registos paroquiais” e nenhuma das paróquias que respondeu ao questionário possuía inventários. Para ajudar a atenuar esta situação, o Estado procedeu no início desta década ao “Inventário colectivo dos registos paroquiais”, recenseando mais de 200.000 unidades documentais nos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e arquivos dependentes. Além destes, foram identificados os conjuntos existentes na Câmara Eclesiástica de Lamego, no Paço Episcopal de Bragança e nos arquivos históricos das Câmaras de Elvas e Guimarães. Continua por fazer o inventário dos “paroquiais” depositados nos grandes arquivos públicos insulares.

Mais grave é o estado de desconhecimento dos núcleos existentes junto das igrejas locais, das juntas de freguesia (sucessoras das juntas de paróquia), ou das conservatórias de registo civil. Para estes casos, só podemos contar com trabalhos parciais e não sistemáticos que, apesar de tudo, prestam valioso auxílio aos investigadores. Como se compreende, o problema dos arquivos eclesiásticos de âmbito paroquial não passa apenas pela necessidade de informação pormenorizada sobre existências e conteúdos documentais. É fundamental: a) sensibilizar os párocos para a riqueza do património que têm à sua guarda e a importância deste para a história e identidade das comunidades que pastoreiam; b) proceder a planos de salvaguarda que identifiquem os bens

arquivísticos que necessitam de restauro urgente ou de de passagem para outro suporte; c) encetar uma correcta política de instalação e preservação dos documentos, de forma a permitir que todos aqueles que não possuam condições para permanecer nas respectivas paróquias, possam ser depositados ou incorporados nos arquivos diocesanos do país; d) que estes arquivos, ou uma estrutura de nível superior, no quadro do estabelecimento duma rede de arquivos eclesiásticos, possa prestar apoio ao processo de organização documental nas paróquias que o solicitem.

#### 4. Os arquivos de ordens e congregações religiosas

Passemos agora à análise da situação dos arquivos de ordens e congregações religiosas. Eles são classificados como arquivos privados pela doutrina canonística, com a aceitação do carácter semi-privado para os arquivos das ordens referidas no §2 do can. 576 do código de 1917, durante o período de vigência deste. Cabem neste grupo todos os acervos documentais produzidos pelas associações religiosas católicas sujeitas a uma regra (ou seja, uma norma escolhida pelos fundadores e sancionada por uma autoridade superior), quer os seus membros tenham pronunciado votos solenes (ordem) quer votos simples (congregação), quer, ainda, vivam em comum sem votos, com constituições próprias devidamente autorizadas, imitando o modo de vida dos religiosos. Poderão ainda fazer parte deste agrupamento os arquivos de institutos seculares, sujeitos à constituição apostólica *Provida Mater Ecclesia*, quando neles sejam observados todos os requisitos indicados pelo documento papal. Embora existam outras distinções, a mais generalizada neste grande grupo de arquivos é a que separa as das ordens monásticas tradicionais dos arquivos da congregações modernas e contemporâneas. Para alguns autores, justifica-se mesmo a existência de quadros de classificação completamente diversos, que contemplem sobretudo os problemas levantados pela documentação mais antiga do primeiro grande grupo. À antiguidade acresce um outro problema bem real em termos de classificação dos acervos: o facto de muitos dos arquivos das ordens religiosas mais antigas terem sofrido as vicissitudes decorrentes da laicização pós-liberal, a que já aludimos, tendo sido dispersos, perdidos, incorporados nos arquivos de Estado em condições deficientes ou, ainda, classificados nestes últimos de forma alheia à orgânica dos organismos produtores. A esta sorte não escaparam porém muitos arquivos de congregações oito e novecentistas, o que, pelo menos em termos da reorganização dos seus arquivos depositados em arquivos civis, aproxima numa problemática comum os dois grandes grupos.

Em vários países, as associações de arquivistas eclesiásticos têm elaborado guias dos arquivos de ordens e congregações religiosas, se bem que o sector apresente uma menor dinâmica que a dos arquivos diocesanos - pela gran-

des dispersão dos arquivos e pelo carácter privado dos mesmos, que implica um muito maior esforço decisivo comum. Distinguem-se o *Guide des sources de l'histoire des congrégations féminines françaises de vie active*, de Charles Molette, bem como outros trabalhos realizados pela *Association des archives de l'Église de France* sob orientação do mesmo historiador; o trabalho realizado no Canadá, de que são exemplos obras como o *Guide sommaire des archives de communautés religieuses au Canada* (1974) e o *Archives religieuses: guide sommaire des archives* (1992), ou o simples facto de os numerosos arquivos de ordens religiosas figurarem, em condições semelhantes aos arquivos civis, em guias gerais de arquivos; por fim, o esforço espanhol, concretizado na presença de um número importante de arquivos de ordens religiosas no *Guia de Los Archivos y las bibliotecas de la Iglesia en España*. A *Catholic Archives Society*, em Inglaterra, mantém um grupo de trabalho sobre arquivos de ordens religiosas, que tem vindo a propor sucessivos quadros de classificação. Ao mesmo tempo, as ordens e congregações têm-se dedicado de forma desigual à organização e inventariação dos seus arquivos, distinguindo-se, entre outros, os Franciscanos (sobretudo em termos de investigação sobre os antigos arquivos da sua família religiosa) e os Jesuítas, os Salesianos. De mencionar, por fim, são os esforços em organizar correctamente os arquivos correntes e intermédios, bem como em articulá-los correctamente com o arquivo histórico.

Em Portugal não existiu nenhuma dinâmica deste tipo. O panorama desolador decorrente das incorporações oito e novecentistas já foi traçado por vários autores, de Alexandre Herculano a José Mattoso, passando por Carl Erdmann, Avelino Jesus da Costa e Isaías da Rosa Pereira. Contudo, desde 1980, têm-se realizado alguns esforços isolados para o melhor conhecimento dos fundos depositados em arquivos civis, em especial nos arquivos distritais de Braga, Viseu e Porto, na Biblioteca Nacional e, por parte de alguns investigadores, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. No entanto, as formas de inventariação e os esquemas de classificação propostos reflectem um escasso conhecimento da especificidade institucional destes arquivos. Em termos dos acervos na posse das ordens e congregações actualmente existentes, trata-se de uma terra incógnita, mais talvez que qualquer outro tipo de arquivo eclesiástico.

Desde inícios da década de 80, porém, uma dinâmica nova tem percorrido algumas das instituições detentoras destes arquivos - a introdução ou preparação de um número significativo de causas de canonização de fundadores e outros membros das ordens e congregações, obriga-as a organizar os arquivos e a realizar pesquisas nos arquivos civis, em relação aos acervos documentais confiscados. É neste contexto que começam a surgir publicações dando a conhecer a riqueza dos acervos documentais ou a importância dos fundos depositados, como sejam as organizadas pela Congregação das Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, ou das Irmãs Concepcionistas ao Serviço dos Pobres.

Há porém todo um trabalho a fazer, desde a formação de arquivistas e elaboração de histórias institucionais até à montagem de um corpo normativo que cubra todas as fases, da arquivagem corrente à conservação permanente ou eliminação, passando pelas infraestruturas materiais de conservação documental. Tal como nos outros tipos de arquivos eclesiais, este trabalho só é realizável pelas próprias instituições que, a exemplo de outros países, deveriam funcionar em termos associativos de maneira a definir uma política arquivística comum.

### 5. Os arquivos das associações de fiéis

O Código de Direito Canónico de 1983, que define as associações de fiéis no cân. 298, n.1, é omissivo quanto a referências directas e explícitas à produção de documentos ou à conservação do património arquivístico destas instituições, embora nestes casos possam ser aplicados os cân. 491, 958, 1283-1284 e 1307. O Código anterior, pouco avançou neste domínio, obrigando apenas as confrarias a fazerem inventários ou catálogos duplicados do seu arquivo e enviar um destes exemplares para o arquivo episcopal (cân. 383, n.1). Para tornar mais específico o Código Pio-Benedictino e beneficiar do novo quadro legal definido pela Constituição portuguesa de 1933, o Episcopado produziu em 1937 o "Regulamento geral das associações religiosas de fiéis", onde figuravam normas específicas para os arquivos. O documento, que indicava quais os tipos de livros que deveriam servir a administração das associações religiosas, mandava "conservar com muito cuidado, nos seus arquivos, convenientemente catalogados e ordenados, não só o original dos estatutos, como também os livros, escrituras, prazos, testamentos e outros papéis, que possam documentar a sua história e a dos institutos e fundações a seu cargo, e muito principalmente fundamentar os direitos que possuem sobre os seus bens" (artº. 55). Estes deveriam estar instalados em lugar seguro e seco, sob a superintendência do presidente da associação. Os documentos não podiam sair sob nenhum pretexto, sem ordem do Ordinário. O Código de 1983, que não introduziu alterações significativas no articulado em vigor, permite, contudo, que sejam consultadas actas e documentos, desde que se respeite as instruções episcopais em matéria de comunicabilidade. As novas "Normas gerais para regulamentação das Associações de fiéis", de 1988, indicam os documentos a conservar, sem fazer qualquer distinção entre o que pertence ao arquivo corrente, intermédio ou histórico (artº. 106, n. 4). Remetem, contudo, o direito de vigilância e governo destes arquivos para o Ordinário (artº. 106, n. 5). Alguns responsáveis eclesiais têm produzido pastorais específicas, como a do Arcebispo de Braga, de 1991, que manda guardar nas paróquias os documentos das irmandades que não têm arquivo próprio. Com efeito, uma boa parte da responsabilidade do estado dos arquivos destes orga-

nismos pertence às autoridades diocesanas, a quem os estatutos das associações são levados para aprovação (cf. cân. 304, n.1). Com frequência estes resumem-se à obrigatoriedade da existência de alguns livros imprescindíveis para a administração patrimonial e financeira das associações. Raras vezes dão maior importância à gestão dos documentos ou à formação e conservação dos arquivos, mesmo quando estes constituem um património secular. Os "Estatutos da Confraria da Real Casa de Nossa Senhora da Piedade da Merceana", por exemplo, aprovados em 1988, apenas estipulam que a mesa administrativa deve ter sempre actualizado o inventário dos bens da Confraria, os quais apenas teoricamente incluem os documentos do seu importante arquivo histórico. Na realidade, este não recebe qualquer referência específica nos estatutos, mesmo quando se procede à listagem dos bens da instituição.

Neste contexto, pode-se afirmar que a situação do património arquivístico está dependente de factores subjectivos, como a maior ou menor sensibilidade dos dirigentes eclesiais e associativos. Por este motivo, é muito importante que a Conferência Episcopal Portuguesa possa produzir recomendações para a correcta gestão dos arquivos destes organismos. O Estado português, na parte que lhe diz respeito, lançou nos últimos anos um conjunto de directrizes sobre a avaliação, selecção e eliminação de documentos das instituições particulares de solidariedade social e sobre a classificação do património arquivístico privado, através dos decretos-lei 447/88 de 10-12 e 16/93 de 23-1, os quais interferem com o futuro de alguns dos referidos arquivos. O crescente interesse dos investigadores pelo estudo do associativismo religioso tem realçado a importância das fontes documentais que permitem esclarecer o seu passado. Neste sentido, tem-se assistido, nos últimos anos, ao aparecimento de projectos de identificação e organização dos arquivos das associações de fiéis, como o que existe no CEHR, (referente ao tratamento da documentação dos organismos da Acção Católica), ou nas confrarias da Senhora da Nazaré, do Senhor da Pedra de Óbidos e do Bom Jesus de Braga.

Também o Estado, no âmbito do inventário do património cultural móvel, acabou de proceder à primeira fase do recenseamento dos arquivos locais. Através deste trabalho foi possível reconhecer muitos conjuntos documentais de confrarias, irmandades e ordens terceiras, completamente dispersos e, em grande parte, incógnitos, aspecto que redobra a importância desta identificação. Apesar da sua valia, o recenseamento restringiu-se aos arquivos das câmaras e das misericórdias, deixando de lado muitos dos arquivos privados que se encontram sob a órbita da Igreja, para além dos que pertencem às juntas de freguesia. Recordamos que nestes últimos se podem encontrar, por vezes, livros pertencentes a confrarias, a partir da sua junção com os papéis das juntas de paróquia. O recenseamento em questão, da responsabilidade directa do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, encontra-se

ainda em fase de publicação. Para os distritos de Lisboa, Porto e Viana do Castelo, a obra identifica núcleos de irmandades na maior parte dos arquivos camarários, para além de escritos contabilísticos nos fundos das administrações de concelho, dado que, desde 1835, competia aos administradores as funções de tomada de contas de capelas, confrarias, misericórdias, etc. Os guias, que gradualmente vão sendo publicados pelos arquivos públicos, permitem completar este quadro. A este nível podem-se citar os do Arquivo Distrital do Porto, das Câmaras de Cascais e Sintra, entre outros. Não deve ser esquecido o caso da Biblioteca Nacional, que conta com um guia preliminar datado de 1994, o qual referencia vários fundos de irmandades. No que diz respeito ao Arquivo Nacional, para além do catálogo da colecção "Confrarias, Irmandades e Mordomias" foi publicado em 1995 um primeiro levantamento de núcleos e colecções com interesse para a história destas agremiações. Quanto a inventários, cada vez mais, por todo o país, vão aparecendo. Infelizmente, nem sempre se encontram estruturados segundo critérios orgânico-funcionais e de acordo com os princípios e as regras arquivísticas modernas. O Instituto Português de Arquivos, em 1992, trouxe a público um conjunto de orientações para a organização e descrição dos fundos dos arquivos das Misericórdias, cujo plano de classificação e metodologia de trabalho podem ser utilizados com proveito no tratamento da documentação de outros tipos de irmandades, com as devidas adaptações, como o comprova o *Recenseamento dos Arquivos Locais*.

## BIBLIOGRAFIA

1. **Arquivos diocesanos:** *ARQUIVO histórico da diocese de Cochim/ Historical archives of the diocese of Cochim*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian, 1995; BALDUCCI, A. - *Classificazione e titolari degli archivi delle Curie Vescovili*. Archiva Ecclesiae. 1959 (II), p. 75 - 86; CARVALHO, Joaquim R. de - *A jurisdição episcopal sobre leigos em matéria de pecados públicos: as visitas pastorais e o comportamento moral das populações portuguesas de Antigo Regime*. Revista Portuguesa de História. 1988 (24), p. e PAIVA, José P. - *Repertório das visitas pastorais da diocese de Coimbra: séculos XVII, XVIII e XIX*. Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1985 (7), p. 111-214; CATONI, Giuliano e FIRESCHI, S. - *L'archivio archivescovile di Siena*. Roma: Pub. degli Archivi di Stato, 1970; CICERI, Angelo - *Proposte concrete in base alle inchieste fatte sui titolari relativamente agli archivi diocesani e capitolari*. Archiva Ecclesiae. 1965 - 1966 (VIII - IX), p. 59 - 74; CLAYES, F. - *Evêques*. Dictionnaire de Droit Canonique (dir. de R. NAZ), Paris, Letouzey et Anné, 1953, vol. 5, p. 569-589; COLOMBO, Giulio. *La nuova sede dell'Archivio Storico di Milano*. Archiva Ecclesiae. 1987-1988 (XXX-XXI), p. 133-140; DUMITRIU-SNAGOV, Ion - *L'Archivio dell'Arcivescovato Romano-Cattolico di Bucarest. Un caso particolare di ordinamento e di inventariazione*. Archiva Ecclesiae. 1983-1984 (XXVI - XXVII), p. 97 - 108; FANTI, Mario - *L'Archivio Generale Arcivescovile di Bologna dalla sua istituzione ad oggi*. Archiva Ecclesiae. 1991 - 1992 (XXXIV-XXXV), p. 139 - 155; FREIRE, José Galdes - *Os arquivos do Cabido e da Cúria Episcopal de Portalegre*. Boletim de Pastoral. 1988-1989, vária paginação; GARLATTI, Domenico - *Compiti del cancelliere nei rapporti fra Cancelleria ed Archivio*. Archiva Ecclesiae. 1964 (VII), p. 55 - 63; GIUSTI, M. - *Gli archivi ves-*

*covili. Legislazione, organizzazione, classificazione*. Archivum. 1964 (XIV), p. 89 - 104; GOUVEIA, António Camões - *O Bispo do Tratado da Cidade de Portalegre do Pe. Pereira Sotto Maior*. A Cidade. 1989 (3), p. 55-70; HEVIA BALLINA, A. (ed.) - *La catedral y la diocesis en los archivos de la Iglesia. Santoral hispano-mozarabe en España. Actas del Congreso celebrado en la Abadía de la Santa Cruz de El Valle de los Caidos (10 al 13 de Septiembre de 1991)*. Oviedo: Asociación de Archiveros de la Iglesia en España, 1993 (*Memoria Ecclesiae*, IV); HUBSCHER, B. - *Classificazione e titolari nelle Curie Vescovili della Svizzera*. Archiva Ecclesiae. 1959 (II), p. 62 - 69; LAMEY, René - *Pour organiser les archives diocésaines en Afrique... ou ailleurs*. Bulletin de l'Association des Archives de l'Église de France. Setembro 1985 (nº 24), p. 19-22; LIMA, Tomás Machado - *Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa*. Lusitânia Sacra. 2º s., 1993 (V), p. 399-401; LONGHITANO, Adolfo - *Archivi di diocesi e parrocchie riunite ad altre: concentrazione, rimanenza in loco, altre soluzioni*. Archiva Ecclesiae. 1987 - 1988 (XXX -XXXI), p. 57 - 78; LUÇON: *L'archiviste diocésain veut enrichir la mémoire du diocèse*. Bulletin de l'Association des Archivistes de l'Église de France, Out. 1986 (nº 26), p.17-20; MARQUES, José - *Arquivo arquiocesano*. Diário do Minho. 15/12/1989, p. 3, *Para quando o arquivo histórico diocesano*. Diário do Minho. 27/11/1979 e *Rede nacional de arquivos eclesíasticos*. Diário do Minho. 24/9/1987, p. I e p. IV; MIELE, Michele - *La «Guida» dell'Archivio Storico Diocesano di Napoli*. Archiva Ecclesiae. 1983 - 1984 (XXVI - XXVII), p. 209 - 218; MONTINI, G. B. - *Gli archivi diocesani e gli archivi parrocchiali nell'ordinamento della Chiesa*. Archiva Ecclesiae. 1959 (II), p. 43 - 55; NAZARETH, Casimiro C. da - *Mitras Luzitanas no Oriente. Catalogo chronologico histórico dos superiores das missões do norte e do sul de Goa, e das dioceses de Cranganor, Cochim, Meliapor, Malaca, Macau e Moçambique, com a compilação das ordenanças por eles emitidas*. Bombaim, Portuguese Printing Press, 1888; OSBAT, Luciano - *Un importante centro di documentazione per la storia del mezzogiorno d'Italia nell'età moderna: l'Archivio Storico Diocesano di Napoli*. Mélanges de l'École française de Rome- Moyen Âge, Temps Modernes. 1973 (t. 85/I), p. 311-359, *L'Archivio diocesano come struttura amministrativa dell'organizzazione ecclesiastica nell'età moderna: il caso di Napoli*. Ricerche di storia sociale e religiosa. Janeiro-Junho 1978 (n.s., VII, nº 13), p. 251-295, *L'archivio diocesano: l'esempio dell'Alto Lazio*. Archiva Ecclesiae. 1981 - 1982 (XXIV - XXV, t. I), p. 43 - 52; PAIVA, José P. - *A administração diocesana e a presença da Igreja: o caso da diocese de Coimbra nos séculos XVII e XVIII*. Lusitânia Sacra. 2º s., 1991 (III), p. 71-110 e *Uma instrução aos visitantes do Bispado de Coimbra (século XVII?) e os textos regulamentadores das visitas pastorais em Portugal*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1993 (sep. de Revista de História das Ideias. 1993 (15); PATKUS, Ronald D. - *Standartizing access to diocesan archives in America*. Catholic Archives. 1991 (11), p.42-47; PEREIRA, Isaías da Rosa - *Livro das ordenações da diocese de Évora de 1472*. Salamanca: Imprenta Kadmos, 1985 (sep. de Revista Española de Teologia, 1984 (44/1) e *O Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa*. In LEAL, Mª José e PEREIRA, Miriam H. (coord.) - *Arquivo e historiografia. Colóquio sobre as fontes da História Contemporânea Portuguesa*. Lisboa: IN-CM, 1988, p. 199-203; PEZZOTTI, Luigi - *Aggiornamento dei titolari dell'archivio corrente della Curia diocesana e della parrocchia*. Archiva Ecclesiae. 1987 - 1988 (XXX-XXXI), p.79-91; RUFFINI, Ernesto - *Gli archivi ecclesiastici, specialmente l'Archivio Storico Diocesano di Palermo*. Archiva Ecclesiae. 1964 (VII), p.46-54; SANTOS, Cândido dos - *O Censual da Mitra do Porto: subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do Concílio de Trento*. Porto: Câmara Municipal, 1973; *Synodicon Hispanum: II - Portugal*. Ed. CANTELAR RODRIGUEZ, F. (et al.). Madrid: BAC, 1982; SCHIRÓ, Giuseppe - *Ordinamento e inventariazione dell'Archivio Storico Arcivescovile di Monreale*. Archiva Ecclesiae. 1987-1988 (XXX - XXXI), p.163-169; SOUSA, Pio G. Alves de - *Instituto de História e Arte Cristãs*. Lusitânia Sacra. 2º s., 1990 (II), p. 260-266; TASSI, Emilio - *Ristrutturazione dell'Archivio Arcivescovile di Fermo*. Archiva Ecclesiae. 1987 - 1988 (XXX -

XXXI), p. 141 - 149; TRAMONTIN, Silvio - *La curia vescovile veneziana. Organi e funzioni*. In CAVAZZANA ROMANELLI, Francesca, RUOL, Isabella (ed.) - *Archivi e chiesa locale: studi e contributi. Atti del "Corso di archivistica ecclesiastica"*. Venezia: Studium Cattolico Veneziano, 1993, p. 103-106; VIGNONO, I. - *Inventariazione e schedatura generale dell'Archivio Storico Diocesano di Ivrea*. Archiva Ecclesiae. 1983 - 1984 (XXVI - XXVII), p. 119 - 131; ZAPP, H. - *La jurisdiccion diocesana: panoramica historica*. Concilium - Revista Internacional de Teologia. 1977 (nº 127), p. 25 - 37; ZELFEL, Hans Peter - *Esperienze del gruppo di lavoro degli archivisti diocesani austriaci*. Archiva Ecclesiae. 1981 - 1982 (XXIV-XXV, t.I), p. 163 - 166; [Várias comunicações em:] MARTÍ BONET, Josep M., e VICARIO SANTAMARIA, M. (ed.) - *Los archivos de la Iglesia. Presente y futuro*. Barcelona: Asociación de los Archiveros de la Iglesia en España, 1990 (*Memoria Ecclesiae*, I).

**2. Arquivos paroquiais:** ALCOCHETE, Nuno Daupias de - *Registos paroquiais*. Dicionário de História de Portugal. Porto: Figueirinhas, 1981, vol. V, p. 258-260; CÔTÉ, André - *Sources de l'Histoire du Sanguenay - Lac Saint Jean. I. Inventaire des archives paroissiales*. Québec: ANQ, 1978; FERREIRA, Olegário - *A introdução dos registos paroquiais em Portugal*. Boletim - O estudo da História. 2ª s., 1990-1993 (12-15), p. 893-910; FRANCO, Luís Farinha - *Os arquivos paroquiais. Considerações acerca do estado em que se encontram ...* Braga, 1977; FREIRE, José Galdes - *Alguns arquivos paroquiais da diocese de Portalegre e Castelo Branco*. Portalegre, 1988 (sep. de Boletim de Pastoral, Portalegre, 1987-1988); *FUNDOS paroquiais. Orientações para a sua descrição (Texto provisório)*. Lisboa: IPA, 1991; HOUDE, Michel (et al.). - *Guide des archives paroissiales de l'Archidiocèse de Sherbrooke*. Sherbrooke: SASS, 1987; *INSTRUÇÃO pastoral. Arquivo paroquial*. Lumen. 2ª s., Nov. 1991 (11), p. 38; MARIZ, José (coord. técn.) - *Inventário colectivo dos registos paroquiais*. Lisboa: AN/TT, 1993-1994, 2 vols.; MARQUES, José - *Sínodos e cartórios paroquiais*. Diário do Minho. 28 de Fevereiro de 1996, p. 2-3; METELLO, Manuel Arnau - *Registos paroquiais dispersos (Acheegas soltas para um inventário global)*. Boletim da Academia Portuguesa de Ex-libris. (829, p. 41-47, (83), p. 15-22 e (84), p. 28-31; PEREIRA, Isaías da Rosa - *Os róis de confessados, seu interesse histórico e alguns problemas que suscitam a sua utilização*. Primeiras Jornadas de História Moderna. Lisboa, 1986, vol. I, p. 57-69 e *Visitações da Igreja de São Miguel de Torres Vedras (1462-1524)*. Lusitania Sacra. 2ª s., 1995 (t. 7), p. 181-252; RUBIO MERINO, Pedro - *Tipología documental en los archivos parroquiales*. Archivistica. Estudios Básicos. Sevilha, 1981, p. 209-236; SABÓIA, João e outro - *Inventário do arquivo da paróquia de S. Clemente de Loulé*. Al Ulyã, 1993 (2), p. 259-281; SABÓIA, João e outro - *Inventário do arquivo da paróquia de S. Sebastião de Salir*. Al Ulyã, 1996 (5), p. 241-264; SANCHEZ PORTAS, Javier - *Archivos parroquiales de Orihuela*. Valencia: CCEC, 1985.

**3. Arquivos de ordens ou congregações religiosas:** ARAÚJO, António de S., SILVA, Armando B. Malheiro da - *Inventário do fundo monástico-conventual*. Braga: Arquivo Distrital de Braga/ Universidade do Minho, 1985; DOMÍNGUEZ GALLEGO, Olga - *La organización de un fondo monacal: el Monasterio de Santa Maria de Oseira (Orense)*. A Informação em tempos de mudança: Actas: VII / 1º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, pp. 383 - 419. Porto, 1985; FENYO, Vendel - *Sistemazione dell'Archivio Salesiano Centrale*. Archiva Ecclesiae. 1987 - 1988 (XXX-XXXI), p. 171 - 178; *FUNDOS monásticos*, ed Arquivo Distrital do Porto. Porto: ADP, 1993; GOMES, Saul A. - *Documentos medievais de Santa Cruz de Coimbra. I - Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1988; HEVIA BALLINA, Agustín (ed.) - *Ordenes monasticas y archivos de la Iglesia (I)*. Actas del IX congreso de la Asociación celebrado en Oviedo- Valdediós (13 al 16 de septiembre de 1993). Oviedo: Asociación de Archiveros de la Iglesia en España, 1995 (*Memoria Ecclesiae*, VI) e *Ordenes monasticas y archivos de la Iglesia (II)*. Actas del IX congreso de la Asociación celebrado en Oviedo- Valdediós (13 al 16 de septiembre de 1993). Oviedo:

Asociación de Archiveros de la Iglesia en España, 1995 (*Memoria Ecclesiae*, VII); *LEMBRAI-VOS sempre. Escritos. Carisma. Espiritualidade*. (Me. Isabel da Sma. Trindade). Braga: Ed. Franciscana, 1995; MATTOSO, J. - *Os cartórios dos mosteiros beneditinos na diocese do Porto. Religião e cultura na Idade Média portuguesa*. Lisboa: INCM, 1982, p.553-590; MOLETTE, Charles - *Les archives des congrégations religieuses*. La Gazette des Archives. 1970 (68/1), p. 25-43 e *Guide des sources de l'histoire des congrégations féminines françaises de vie active*. Paris: Ed. de Paris, 1974; MONTANO, P., *Classificazione e titolari per gli archivi degli istituti religiosi*. Archiva Ecclesiae. 1959 (II), p.100-123; PANDZIC, B. - *Proposte concrete in base alle inchieste fatte sui titolari relativamente agli archivi delle curie generalizie e provinciali*. Archiva Ecclesiae. 1965/66 (VIII/IX), p.97-107; REMA, Henrique P. (org.) - *Crónica do centenário da Congregação das Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, 1876-1976*. Braga: Tip. Ed. Franciscana, 1976-1979, 2 vols.; *SCHEME of classification for archives of religious orders*. Catholic Archives. 1981 (1), p. 40-47; VIGNATO, G. - *Rapporto tra archivio e cancelleria riguardo ad una determinata provincia religiosa*. Archiva Ecclesiae. 1964 (VII), p. 84-87.

**4. Arquivos de associações de fiéis:** CONFERÊNCIA Episcopal Portuguesa, *Documentos Pastorais. 1983-1990*. Lisboa: Rei dos Livros, 1991, vol. III; *CONSTITUIÇÕES Sinodais da Diocese de Lamego*. Lisboa: União Gráfica, 1954; LOPEZ GUTIERREZ, Antonio e outro - *Los archivos de las hermandades religiosas: manual de organización de fondos*. Sevilha: GEA, 1993; MAGALHÃES, Manuela Ferrão - *Arquivos de Misericórdias. Orientações para a organização e descrição dos fundos dos arquivos das Misericórdias*. Lisboa: IPA, 1992; MARIZ, José (coord. técn.) - *Recenseamento dos Arquivos Locais - Câmaras Municipais e Misericórdias*. Lisboa: AN/TT, 1995-1997, 7 vols. (obra em continuação); MARQUES, José - *Voltando aos arquivos paroquiais*. Diário do Minho. 27/8/1987, p. I e p. IV; NUNES, Natália - *Confrarias, irmandades, mordomias*. Lisboa: BAD, 1976; OLIVEIRA, Ângela e outro - *Roteiro do arquivo eclesiástico de Óbidos*. Óbidos, 1997; PENTEADO, Pedro - *Os arquivos dos santuários marianos portugueses: Nossa Senhora de Nazaré (1608 - 1875)*. Cadernos BAD. 1992 (2), p. 171-187; *Fontes para a história das confrarias: Algumas linhas de orientação para uma pesquisa na Torre do Tombo*. Lusitania Sacra. 2ª s., 1995 (t. VII), p. 151-180 e *Os arquivos e a história das misericórdias em Portugal: problemas e perspectivas*. Oceanos. Julho-Setembro de 1998 (35), p. 90-97; ROSA, M. Lurdes - *«S. Antonio dei Portoghesi»: elementos para a história do hospital nacional português em Roma*. Lusitania Sacra. 2ª s., 1993 (t.V), p. 319-378.

**5. Guias e reportórios de arquivos eclesiásticos:** ASSOCIACIÓN Española de Archiveros Eclesiásticos - *Guía de los archivos y las bibliotecas de la iglesia en España*, 2 vols.. Leão: Ass. Española de Archiveros Eclesiásticos, 1985; *DIRECTORY of Catholic archives in the United Kingdom and Eire*. Newcastle upon Tyne: The Catholic Archives Society, 1984; FOREGET, André, HEMOND, Robert (dir.) - *Archives religieuses: guide sommaire*. Montreal: Le Regroupement des Archivistes Religieux, 1992; GADILLE, Jq. - *Guide des Archives Diocésaines Françaises*. Lyon: Université de Lyon II, 1971 e *Premier bilan de l'enquête sur les archives diocésaines*. Revue d'Histoire de l'Église de France. 1967 (III), p. 55 - 70; GARCIA, María Madalena (et al.). - *Guia preliminar dos fundos de arquivo da Biblioteca Nacional*. Lisboa: IBL, 1994; *GUIA do Arquivo Distrital do Porto. Uma experiência de tratamento documental*. Porto: ADP, 1993; *GUIDE SOMMAIRE des archives des dioceses catholiques du Canada*. Otava: Centre de recherche en Histoire religieuse du Canada, Université St. Paul, 1991; MONACHINO, Vincenzo (et al.) - *Guida degli Archivi Diocesani d'Italia*, 2 vols.. Roma: Ministero per I Beni Culturali e Ambientali - Ufficio Centrale per I Beni Archivistici, 1990-1993; *PROGETTO per una «Guida degli archivi diocesani d'Italia»*. Archiva Ecclesiae. 1985 - 1986 (XXVIII-XXIX), p. 255 - 259; RÉPERTOIRE des services d'archives de la région de Québec et de Chaudière-Appalaches, Québec, Bibliothèque Nationale du Québec - B.N. du Canada, 1994.



**6. Outras fontes utilizadas:** ASSOCIATION des Archivistes de l'Église de France (ed.) - *Manuel des archives de l'Église de France*. Paris: polic., 1980; BADINI, Gino - *Archivi e Chiesa. Lineamenti di archivistica ecclesiastica e religiosa*. 2ª ed., Bolonha: Patrón, 1989; *Código de Derecho Canónico y legislación complementaria*. 3ª. ed., Madrid, 1949; *Código de Direito Canónico*. Braga, 1984; COSTA, Avelino de Jesus da - *Arquivos Eclesiásticos Portugueses: origem e evolução*. Lisboa: Sociedade Industrial Gráfica Teles da Silva, 1980 (sep. de *Dicionário de História da Igreja em Portugal*, vol. I, pp. 515 - 554); HEVIA BALLINA, A. (ed.) - *Los archivos de la Iglesia en España. Exposición bibliográfica*. Madrid: Asociación de Archiveros de la Iglesia en España, 1990; NASCIMENTO, Aires A. - *Bibliografia de arquivos portugueses*. Lisboa: IPA, 1991; NAZ, R. - *Archives*. Dictionnaire de droit canonique. Paris, Letouzey et Ané, 1935, vol.I, cols. 1026-1036.